INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

***Campus* Porto Velho Zona Norte**
do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD

ARIANE GATO DIAS

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO SISAN NAS REGIÕES BRASILEIRAS: ANÁLISE REGIONAL COM DADOS DO MAPASAN (2018)

PORTO VELHO
2025

ARIANE GATO DIAS

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO SISAN NAS REGIÕES BRASILEIRAS: ANÁLISE REGIONAL COM DADOS DO MAPASAN (2018)

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo em Gestão Pública, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD sob a orientação da Profª Drª Isabel Cristina Bento.

PORTO VELHO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Dias, Ariane Gato.
Avaliação da gestão do SISAN nas regiões brasileiras: análise regional com dados do MapaSAN (2018) / Ariane Gato Dias. - Porto Velho, 2025.
17 f. : il.

Orientador(a): Profª. Dra. Isabel Cristina Bento.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Segurança alimentar. 2. Políticas públicas de saúde. 3. Gestão em saúde. I. Bento, Isabel Cristina (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

ARIANE GATO DIAS

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO SISAN NAS REGIÕES BRASILEIRAS: ANÁLISE REGIONAL COM DADOS DO MAPASAN (2018)

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo em Gestão Pública, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD sob a orientação da Profª Drª Isabel Cristina Bento.

Aprovado em: 23/10/2025 pela banca examinadora.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANGELINA MARIA DE OLIVEIRA LICORIO
Data: 04/11/2025 16:39:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profª Drª Angelina Maria de Oliveira Licório
Coordenadora do curso de Tecnologia em Gestão Pública - EaD

gov.br Documento assinado digitalmente
ISABEL CRISTINA BENTO
Data: 04/11/2025 15:52:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profª Drª. Isabel Cristina Bento - Orientadora

NUTRIVISA

ARTIGO ORIGINAL

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Avaliação da gestão do SISAN nas regiões brasileiras: análise regional com dados do MapaSAN (2018)

Evaluation of SISAN management in brazilian regions: regional analysis using 2018 MapaSAN data

Ariane Gato DIAS[1] Isabel Cristina BENTO[1*]

[1]*Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Campus Porto Velho Zona Norte, Rondônia, Brasil.*

**Autor Correspondente:evmepia@gmail.com*

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a consolidação da gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos municípios brasileiros em 2018 e contextualizar os achados à luz da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Foi realizado um estudo transversal, quantitativo, com dados de acesso aberto do MapaSAN 2018, abrangendo 2.319 municípios. Os resultados mostraram que 87,49% dos municípios apresentavam gestão não consolidada, com variações regionais significativas. As regiões Nordeste e Sul apresentaram maior proporção de gestão consolidada. A presença das instâncias de gestão e a disponibilidade de recursos foram desiguais entre as regiões. Conclui-se que a consolidação do SISAN depende de governança eficiente, recursos financeiros e articulação intersetorial, influenciados pelo porte populacional e contexto regional. À luz da LOSAN, destaca-se a necessidade de apoio técnico, financeiro e monitoramento por parte dos governos federal e estadual para fortalecer o SISAN..

Palavras-chave: segurança alimentar; políticas públicas de saúde; gestão em saúde.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the consolidation of the management of the National Food and Nutrition Security System (SISAN) in Brazilian municipalities in 2018 and to contextualize the findings in light of the Organic Law on Food and Nutrition Security (LOSAN). A cross-sectional, quantitative study was conducted using open-access data from the 2018 MapaSAN, covering 2,319 municipalities. The results showed that 87.49% of the municipalities had unconsolidated management, with significant regional variations. The Northeast and South regions had a higher proportion of consolidated management. The presence of management bodies and the availability of resources were uneven across regions. It is concluded that the consolidation of SISAN depends on efficient governance, financial resources, and intersectoral coordination, influenced by population size and regional context. In light of LOSAN, the need for technical and financial support and monitoring by federal and state governments to strengthen SISAN is emphasized.

Keywords: food security; health policy; health management.

Citar este artigo como:

DIAS, A. G. D.; BENTO, I. C. Avaliação da gestão do SISAN nas regiões brasileiras: análise regional com dados do MapaSAN (2018). Nutrivisa Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. e16152, 2025. DOI: 10.52521/nutrivisa.v12i1.16152. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/nutrivisa/article/view/16152.

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto nº 7.272/2010, operacionaliza os princípios da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346/2006, que estabelece as diretrizes para garantir o direito humano à alimentação adequada. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é o arranjo institucional responsável por articular, implementar e monitorar as ações de segurança alimentar e nutricional no país, de forma descentralizada e participativa, envolvendo os entes federativos, a sociedade civil e demais atores (Brasil, 2006; Brasil, 2010).

A adesão dos municípios ao SISAN é voluntária, mas demanda a institucionalização de uma estrutura mínima, com marcos legais e normativos locais (como leis ou decretos que regulamentem a política municipal de SAN), a existência de instâncias de gestão e controle social (como Conselhos Municipais e Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN) e a elaboração de planos municipais de SAN alinhados à PNSAN. A coordenação intersetorial é essencial, realizada muitas vezes por meio da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), permitindo integrar ações de saúde, assistência social, educação, agricultura familiar, abastecimento e outras políticas públicas (Brasil, 2010).

A gestão do SISAN no âmbito municipal exige o funcionamento articulado de quatro componentes principais: (1) institucionalização por meio de leis e decretos; (2) existência e funcionamento de instâncias de controle social e de gestão intersetorial, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a CAISAN municipal; (3) disponibilização de recursos financeiros específicos para a política; e (4) promoção de processos participativos, como conferências, audiências públicas e construção de planos municipais de SAN (Brasil, 2006). A presença consolidada desses elementos indica maior grau de institucionalização e compromisso político com a agenda da SAN. Em contrapartida, a fragilidade dessas estruturas compromete a efetividade da política e sua capacidade de garantir o direito humano à alimentação adequada.

A complexidade da SAN, que envolve desde a estrutura do sistema alimentar global até as condições de vida das populações, exige instrumentos que permitam seu acompanhamento de forma contínua e abrangente. Por isso, os indicadores de SAN ganham centralidade no monitoramento, avaliação e aprimoramento das políticas públicas. Em nível mundial, a relevância do tema é evidenciada pela existência de políticas de SAN em 123 países, relatórios de monitoramento em 139 países e ambos os instrumentos em 114 nações (Guedes *et al.*, 2023).

O Brasil tem se destacado nesse campo, sendo reconhecido internacionalmente por sua atuação pioneira no enfrentamento da fome, pobreza e insegurança alimentar, por meio de programas de transferência de renda, proteção social e políticas públicas de SAN. No entanto, ainda se identificam fragilidades nas ferramentas utilizadas para avaliar e monitorar a situação da SAN, que muitas vezes se restringem ao consumo de nutrientes ou à percepção da insegurança alimentar, desconsiderando sua natureza multidimensional e intersetorial (Guedes *et al.*,2024).

Nesse sentido, compreender o que caracteriza uma gestão consolidada torna-se essencial para avaliar a maturidade institucional e a efetividade das ações municipais no âmbito do SISAN. Uma gestão consolidada envolve práticas e estruturas organizacionais estáveis, integradas e orientadas para resultados sustentáveis, apoiadas por liderança estratégica, governança eficaz e superação de entraves normativos (Madeira; Guimarães; Mendes, 2017).

A descentralização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), conforme previsto no pacto federativo brasileiro, torna os municípios protagonistas na formulação e execução das ações locais. Nesse contexto, torna-se essencial o uso de indicadores capazes de captar a realidade local, permitindo uma abordagem territorializada da SAN, que fortalece a

governança, direciona investimentos e qualifica a tomada de decisão (Guedes *et al.*, 2024).

Estudo de Guedes e colaboradores (2023) propôs um instrumento para monitorar e avaliar a SAN nos municípios do Estado de Santa Catarina, evidenciando o papel estratégico dos indicadores como ferramentas de apoio à gestão e à consolidação do SISAN em âmbito local.

No contexto da gestão do SISAN, acredita-se que a construção de indicadores específicos é essencial para acompanhar o grau de institucionalização, a efetividade da coordenação intersetorial, o uso de recursos financeiros e a participação social, componentes fundamentais para o sucesso de uma política pública. Um indicador que envolva os componentes para uma boa gestão do SISAN possibilitaria identificar pontos fortes e fragilidades na gestão municipal, orientar estratégias para o fortalecimento da política, identificar em quais componentes da gestão cada município está mais estruturado ou fragilizado, indicando onde os esforços e recursos devem ser concentrados para melhorar a efetividade da política (Machado *et al.*, 2018).

Além disso, ao possibilitar a comparação entre diferentes municípios, os indicadores ajudam a compreender variações na gestão e a investigar fatores que contribuem para melhores ou piores desempenhos, orientando ações de suporte técnico e fortalecimento institucional. Dessa forma, a construção de um índice de gestão do SISAN contribui para qualificar a governança da política, aprimorar a transparência e garantir maior compromisso político e técnico com o direito humano à alimentação adequada (Guedes *et al.*, 2024).

Diante do disposto, este estudo teve como objetivo avaliar a gestão do SISAN nas regiões brasileiras, utilizando dados do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) de 2018, e contextualizar os achados à luz da LOSAN, para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas na área.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa, que utilizou dados secundários de acesso aberto, oriundos do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), referentes à Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (Brasil, 2014).

O MapaSAN é uma iniciativa que visa levantar informações sobre a organização institucional da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos municípios brasileiros, permitindo o monitoramento da implantação do SISAN. Esse sistema coordena a Política Nacional de SAN e tem como objetivos formular e implementar políticas e planos voltados à área, promover a integração entre governo e sociedade civil, além de acompanhar, monitorar e avaliar a situação da segurança alimentar e nutricional no país (Brasil, 2018).

Foram utilizados dados do ano de 2018. O processo de coleta envolveu o cadastro voluntário de representantes municipais em plataforma eletrônica do Ministério da Cidadania. Após a aprovação do cadastro, os municípios preencheram um formulário eletrônico referente à gestão local do SISAN, com envio das informações para o sistema do Ministério da Cidadania (Brasil, 2014).

Avaliação da consolidação da gestão do SISAN

Para avaliar a consolidação da gestão de cada município, nas diferentes regiões brasileiras, criou-se uma variável que foi chamada de "Gest-SISAN" composta por 9 itens (Quadro 1), que integram o questionário respondido pelos municípios no âmbito do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN).

Cada item recebeu uma pontuação binária: 1 ponto para sua presença e 0 ponto para sua ausência. A soma dos pontos gera um total de 0 a 9. Para padronizar os resultados e permitir comparações, o resultado da soma foi dividido pelo total possível de itens da gestão do SISAN, com variação entre 0 e 1.

Estes são os principais componentes da gestão municipal previstos na Lei Orgânica de

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Quadro 1 - Itens utilizados na construção do Gest-SISAN

Nº	Item	Componente de Gestão (LOSAN)
1	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAS)	Participação e controle social
2	Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Câmara Intersetorial – CAISAN)	Coordenação intersetorial
3	Disponibilidade de recursos municipais para CAISAN	Financiamento e sustentabilidade
4	Secretaria executiva da CAISAN	Capacidade técnica e operativa
5	Secretaria executiva do COMSEAS	Participação governamental
6	Recursos municipais para COMSEAS	Garantia de funcionamento
7	Elaboração do PLAMSAN	Planejamento e gestão estratégica
8	Realização da Conferência Municipal de Segurança alimentar	Participação social deliberativa
9	Lei municipal de SAN	Marco legal local do SISAN

Fonte: Brasil (2006).

Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Brasil, 2006). Essa variável foi categorizada como: gestão não consolidada (Gest-SISAN < 0,7) e gestão consolidada (Gest-SISAN ≥ 0,7). O ponto de corte 0,7 foi escolhido por envolver um número considerável de itens para compor uma gestão consolidada do SISAN.

No contexto da administração pública, a noção de gestão consolidada refere-se à consolidação de práticas, processos e estruturas organizacionais que operam de maneira eficaz, integrada e estável, com clareza de papéis, articulação intersetorial, comprometimento político e continuidade administrativa. Trata-se de uma gestão que vai além da execução pontual de projetos e incorpora ciclos institucionais de planejamento, monitoramento e avaliação, ancorados em estruturas de governança robustas (Madeira; Guimarães; Mendes, 2017).

A consolidação da gestão também está relacionada à capacidade de liderança estratégica, à institucionalização de mecanismos decisórios e à superação de entraves normativos, os quais frequentemente limitam a autonomia e a eficiência dos governos locais. Assim, uma gestão do SISAN é considerada consolidada quando reúne condições político-institucionais e técnico-operacionais para garantir a perenidade, a efetividade e a transparência das ações de segurança alimentar e nutricional.

Análise dos dados

Os dados foram organizados em planilhas do Microsoft Excel® (Microsoft Corp., Estados Unidos) e analisados no software Stata®, versão 16.0 (StataCorp LLP, College Station, TX), com cálculo de frequências absolutas e relativas (variáveis categóricas), médias e desvio padrão (variáveis contínuas). E o teste qui-quadrado, para as variáveis categóricas a um nível de 5%.

Foi realizada uma análise de consistência interna, por meio do coeficiente alfa de Cronbach, com o objetivo de verificar se os itens selecionados para compor a variável Gest-SISAN estavam relacionados entre si e representavam aspectos consistentes da gestão municipal da SISAN.

Essa análise avaliou a correlação entre os itens, a fim de verificar se a soma deles poderia ser utilizada de forma confiável para mensurar o grau de consolidação da gestão do SISAN (Tavakol; Dennick, 2011).

A normalidade dos dados foi verificada pelo teste de Shapiro-Wilk. Diante da ausência de normalidade, utilizou-se o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para comparar os índices entre as regiões brasileiras. Quando identificado resultado estatisticamente significativo ($p < 0,05$), foi realizado o teste de Dunn com ajuste de Bonferroni para identificar as diferenças entre os pares de regiões.

Aspectos éticos

Por se tratar de um estudo com dados secundários, públicos e de livre acesso, não foi necessário submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 2.319 municípios brasileiros, das diferentes regiões brasileiras, sendo que destes 87,49% apresentavam gestão ainda não consolidada, e 12,51% uma gestão consolidada. A média (desvio padrão) da variável Gest-SISVAN foi 0,2564 (0,289).

A Tabela 1 mostra a distribuição de componentes de gestão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos municípios brasileiros, segundo as regiões. Observou-se associação estatisticamente significativa entre a presença do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAS) e a região ($p < 0,0001$), o que sugere que a implantação dessa instância varia conforme a localização geográfica dos municípios. O mesmo padrão foi verificado para a existência da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) ($p < 0,0001$), bem como para a existência de uma secretaria executiva da CAISAN ($p = 0,010$).

No que se refere à disponibilidade de recursos municipais para a CAISAN, não foi observada associação estatisticamente significativa com a região ($p = 0,093$), indicando uma distribuição relativamente uniforme entre as regiões. Situação semelhante foi verificada quanto à disponibilidade de recursos municipais para o COMSEAS ($p = 0,176$).

Outros aspectos da gestão local, como a existência de uma secretaria executiva do COMSEAS ($p < 0,0001$), a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) ($p < 0,0001$), a realização de conferências municipais de SAN ($p < 0,0001$) e a promulgação de leis municipais específicas para SAN ($p < 0,0001$) também apresentaram associações estatisticamente significativas com a região. Tais resultados sugerem diferenças regionais no nível de institucionalização e desenvolvimento das ações de SAN.

Observou-se que o coeficiente alfa de Cronbach para o Gest-SISAN obtido foi de 0,9446, valor que indicou alta consistência interna. Isso significa que os itens utilizados para compor o Gest-SISAN apresentam forte correlação entre si, sugerindo que estão medindo de forma coerente a qualidade da gestão municipal do SISAN.

A tabela 2 apresenta a distribuição da classificação da gestão do SISAN segundo a consolidação da sua estrutura. Observou-se que as regiões Nordeste e Sul concentram os maiores percentuais de municípios com gestão consolidada (35,86% e 29,66%, respectivamente), enquanto Centro-Oeste e Sudeste apresentam os menores percentuais (5,17% e 18,28%). A região Norte apresenta uma proporção intermediária (11,03%). O teste do qui-quadrado apontou associação estatisticamente significativa entre a região geográfica e a classificação da gestão do SISAN ($p = 0,007$), o que indica que há diferenças reais na forma como a gestão do sistema está estruturada nas diversas regiões do país.

O teste de Kruskal-Wallis indicou diferenças estatisticamente significativas no Gest-SISAN entre as regiões brasileiras ($p = 0,0001$). Para identificar quais regiões apresentaram

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Tabela 1 – Distribuição das variáveis relacionadas à gestão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em municípios brasileiros, segundo as regiões brasileiras (2018)

Variáveis	Total n(%)	Regiões Brasileiras - n (%)				
		Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAS)[1]						
Não	1167 (55,65)	106 (79,70)	380 (55,80)	129 (52,65)	338 (65,13)	214 (41,23)
Sim	930 (44,35)	27 (20,30)	301 (44,20)	116 (47,35)	181 (34,87)	305 (58,77)
Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Câmara Intersetorial – CAISAN)[1]						
Não	1726 (82,47)	132 (96,35)	548 (81,91)	211 (88,28)	481 (92,86)	254 (66,79)
Sim	367 (17,53)	5 (3,65)	121 (18,09)	28 (11,72)	37 (7,14)	176 (33,21)
Disponibilidade de recursos municipais para CAISAN[2]						
Não	270 (85,99)	4 (80,00)	79 (78,22)	22 (91,67)	31 (88,57)	134 (89,93)
Sim	44 (14,01)	1 (20,00)	22 (21,78)	2 (8,33)	4 (11,43)	15 (10,07)
Secretaria executiva da CAISAN[3]						
Não	195 (57,69)	2 (40,00)	49 (44,95)	15 (55,56)	24 (70,59)	105 (64,42)
Sim	143 (42,31)	3 (60,00)	60 (55,05)	12 (44,44)	10 (29,41)	58 (35,58)

Fonte: MapaSAN(2018).

[1]Valpor -p < 0,001.

[2]Valpor -p =0,093.

[3]Valpor -p =0,010.

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Tabela 1 - Distribuição das variáveis relacionadas à gestão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em municípios brasileiros, segundo as regiões brasileiras (2018) (Continuação)

Variáveis	Total n(%)	Regiões Brasileiras - n (%)				
		Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Secretaria executiva do COMSEAS[1]						
Não	396 (47,03)	9 (39,13)	99 (36,80)	32 (29,91)	88 (54,32)	168 (59,79)
Sim	446 (52,97)	14 (60,87)	170 (63,20)	75 (70,09)	74 (45,68)	113 (40,21)
Recursos municipais para COMSEAS[4]						
Não	569 (82,58)	17 (85,00)	169 (79,72)	62 (76,54)	122 (82,99)	199 (86,90)
Sim	120 (17,42)	3 (15,00)	43 (20,28)	19 (23,46)	25 (17,01)	30 (13,10)
Elaboração do PLAMSAN[1]						
Não	1600 (78,09)	114 (90,48)	498 (74,44)	193 (81,09)	439 (87,62)	356 (69,13)
Sim	449 (21,91)	12 (9,52)	171 (25,56)	45(18,91)	62 (12,38)	159 (30,87)
Realização da Conferência Municipal de Segurança alimentar[1]						
Não	1328 (65,26)	124 (88,57)	443 (70,09)	149 (62,34)	390 (75,88)	222 (43,53)
Sim	707 (34,74)	16 (11,43)	189 (29,91)	90 (37,66)	124 (24,12)	288 (56,47)
Lei municipal de SAN[1]						
Não	1312 (67,94)	114 (89,76)	388 (62,48)	176 (78,57)	366 (77,22)	268 (55,26)
Sim	619 (32,06)	13 (10,24)	233 (37,52)	48 (21,43)	108 (22,78)	217 (44,74)

Fonte: MapaSAN(2018).

[1]Valpor -p < 0,001.

[4]Valpor -p =0,176.

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Tabela 2 – Distribuição da classificação da Gestão do SISAN nas regiões brasileiras, segundo a consolidação da sua estrutura

Região	Total n (%)	Gestão do SISAN (Gest-SISAN) n (%)	
		Não consolidada	Consolidada
Centro-oeste	160 (6,90)	145 (7,15)	15 (5,17)
Nordeste	737 (31,78)	633 (31,20)	104 (35,86)
Norte	268 (11,56)	236 (11,63)	32 (11,03)
Sudeste	591 (25,49)	538 (26,52)	53 (18,28)
Sul	563 (24,28)	477 (23,51)	86 (29,66)

Valor -p do teste qui-quadrado = 0,007.
Fonte: MapaSAN (2018).

diferenças, foi realizado o teste post hoc de Dunn com ajuste Bonferroni. O teste de Kruskal-Wallis indicou diferenças estatisticamente significativas do Gest-SISAN entre as regiões brasileiras (p = 0,0001).

O teste post hoc de Dunn com ajuste Bonferroni a região Sul apresentou um índice significativamente menor em comparação às regiões Norte (p = 0,0132) e Centro-Oeste (p = < 0,0001). A região Sudeste também teve um índice significativamente maior que a região Sul (p < 0,0001). A região Centro-Oeste apresentou um índice maior em relação à região Nordeste, mas essa diferença não foi estatisticamente significativa após o ajuste (p = 1,0000). Não foram observadas diferenças significativas entre outras comparações regionais (p > 0,05).

O Quadro 2 mostra a contextualização dos achados deste estudo sob a luz da LOSAN.

Os resultados deste estudo mostram que, no ano de 2018, a maioria dos municípios das regiões brasileiras ainda apresentavam uma gestão do SISAN não consolidada, evidenciando fragilidades na institucionalização das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Sendo que, as regiões Nordeste e Sul apresentaram maior proporção de gestão consolidada.

Esses achados podem estar relacionados a fatores regionais que influenciam a consolidação da gestão do SISAN. Estudos anteriores destacaram que a região Sul tem se sobressaído na implementação de ações voltadas à SAN, com maior número de projetos aprovados, como cozinhas comunitárias, e menor prevalência de insegurança alimentar em comparação à média nacional. Esses resultados são atribuídos à existência de políticas públicas mais estruturadas, programas de proteção social e maior disponibilidade de recursos orçamentários, elementos que fortalecem a institucionalização da SAN. Nesse contexto, a presença e o funcionamento efetivo dos Conselhos Municipais de SAN, viabilizados por tais recursos, são essenciais para assegurar a execução das ações previstas nos planos municipais (Castro, 2019).

Já a região Nordeste possui uma maior proporção de municípios com gestão consolidada do SISAN podem ser compreendidos à luz de experiências positivas já relatadas na literatura em relação à implementação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e inclusão social. Estudos de Carvalho *et al.* (2019) e Bezerra (2020) relataram que os municípios do Nordeste apresentavam maior capacidade de planejamento nas ações de saúde, além de receberem apoio institucional mais consistente. Esse cenário, aliado a um adequado suporte às equipes de saúde, repercutiram na redução das desigualdades sociais em

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Quadro 2 – Contextualização dos achados a luz da LOSAN

Achados deste estudo	Referência normativa (LOSAN/CONSEA)	Implicação prática	Proposta de política pública
Alta proporção de municípios com gestão do SISAN não consolidada	LOSAN - Art. 11	Fragilidade na implementação da Política Nacional de SAN em âmbito municipal, falta de alguns dos componentes que integram o SISAN	Criar programa federal de apoio técnico e financeiro escalonado por porte populacional e região
Presença desigual de CAISANs e COMSEAS entre regiões	LOSAN - Art. 8º e 9º	Ausência de instâncias limita articulação entre setores e participação social	Condicionar repasses de recursos da SAN à existência e funcionamento comprovado das instâncias de governança
Região Nordeste com maior proporção de gestão consolidada	LOSAN – Art. 4º e 6º	A maior consolidação da gestão no Nordeste pode refletir a priorização de políticas públicas voltadas para a região, dada sua vulnerabilidade social histórica e a concentração de programas federais de combate à pobreza, que fortalecem a capacidade institucional e o apoio técnico aos municípios locais	Manter e ampliar o apoio técnico e financeiro específico para as regiões mais vulneráveis, com foco na capacitação institucional e fortalecimento da governança local, para reduzir desigualdades regionais na implementação do SISAN

Fonte: Dados da pesquisa (2018); Brasil (2006).

https://doi.org/10.52521/nutrivisa.v12i1.16152

Quadro 2 – Contextualização dos achados a luz da LOSAN (Continuação)

Achado do estudo	Referência normativa (LOSAN/CONSEA)	Implicação prática	Proposta de política pública
Falta de recursos para CAISAN e COMSEAS em grande parte dos municípios	LOSAN - Art. 11	Falta de orçamento compromete a sustentabilidade das ações de SAN	Criar linha orçamentária específica no Fundo Nacional de Assistência Social para cofinanciar o funcionamento do SISAN
Baixa presença de PLAMSAN e Conferências Municipais	LOSAN - Art. 10	Falta de planejamento e escuta social prejudica efetividade e legitimidade da política	Instituir prazos e incentivos financeiros para atualização do PLAMSAN e realização periódica de conferências
Disparidades regionais na estrutura de gestão	LOSAN - Art. 8	Desigualdade territorial impacta a equidade na política nacional de SAN	Adotar estratégia de regionalização do apoio técnico, priorizando regiões com maiores índices de insegurança alimentar

Fonte: Dados da pesquisa (2018); Brasil (2006).

saúde. Assim, é possível que esse contexto de fortalecimento das políticas públicas na área da saúde e da proteção social também tenha contribuído para a estruturação mais sólida da gestão da SAN na região.

A governança do SISAN é complexa e exige mais do que a criação formal de instâncias como o COMSEAS e o CAISAN; é necessária uma articulação intersetorial efetiva e garantia de financiamento contínuo, aspectos ainda deficitários em várias regiões. Além disso, essa governança depende de compromisso político, pactuação entre setores e recursos adequados (Sallum *et al.*, 2024).

A gestão pública integrada é fundamental para que as políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) funcionem, pois permite que setores como saúde, educação, assistência social e agricultura atuem coordenadamente para assegurar o direito à alimentação adequada. Essa articulação facilita a elaboração de políticas que consideram as múltiplas dimensões da insegurança alimentar. Também é essencial a coordenação

entre os níveis federal, estadual e municipal, para alinhar prioridades, compartilhar recursos e garantir a continuidade das ações, principalmente em contextos de instabilidade política ou fiscal (Moraes; Machado; Magalhães, 2021).

Entre os principais desafios está a ausência de mecanismos permanentes de cooperação entre secretarias municipais, o que gera fragmentação e lacunas nas iniciativas. Politicamente, a baixa prioridade dada à SAN em algumas administrações locais enfraquece o SISAN, especialmente com mudanças de gestão que interrompem políticas e desmontam estruturas consolidadas. Embora o Plano Nacional de SAN (PLANSAN) proponha diretrizes para a integração, sua implementação depende da capacidade institucional dos municípios, incluindo recursos humanos qualificados, orçamento adequado e vontade política (Brasil, 2025). Assim, a gestão integrada não é apenas técnica, mas um compromisso político que demanda esforços contínuos para fortalecer uma cultura colaborativa (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

A eficiência da gestão pública municipal é essencial para consolidar políticas como a SAN. Uma governança eficaz requer lideranças comprometidas, organização administrativa e capacidade técnica para planejar, executar e avaliar ações. O planejamento estratégico ajuda a definir metas claras, responsabilidades e mecanismos de avaliação, promovendo efetividade e transparência (Castro, 2019).

A profissionalização da administração pública também é crucial. Municípios com equipes técnicas estáveis e capacitadas tendem a responder melhor às demandas sociais, inclusive na SAN (Cruz; Merchan; Farah, 2021). A boa gestão dos recursos e a institucionalização de monitoramento e avaliação favorecem o aprimoramento contínuo, evitando a fragmentação das políticas, especialmente em municípios com menor capacidade institucional (Sallum *et al.*, 2024).

No que tange à articulação entre setores, a gestão integrada é chave para o sucesso de políticas intersetoriais como a SAN. A atuação coordenada entre áreas ainda enfrenta desafios, sobretudo pela falta de mecanismos institucionais consolidados para cooperação (Cruz; Merchan; Farah, 2021). A existência formal de conselhos e câmaras intersetoriais não garante eficácia sem financiamento adequado e apoio político (Sallum *et al.*, 2024).

Por fim, a associação entre essas instâncias e a região geográfica revela a influência de fatores territoriais, socioeconômicos e políticos na institucionalização do SISAN. No Nordeste, onde há maior presença de programas federais contra a pobreza, a gestão está mais consolidada, indicando o impacto positivo desses investimentos. Já no Sudeste, apesar do desenvolvimento econômico, a prioridade política e a fragmentação da gestão pública podem dificultar a consolidação do SISAN (Carvalho *et al.*, 2019).

Outro ponto importante é que a simples existência formal das instâncias de gestão não garante a efetividade das ações. Muitas dessas instâncias operam de forma limitada, com baixa participação social e articulação precária entre setores. Isso compromete a capacidade do SISAN de promover políticas integradas e inclusivas, essenciais para enfrentar a insegurança alimentar em contextos urbanos e rurais (Sallum *et al.*, 2024).

Adicionalmente, a ausência de recursos próprios para COMSEAS e CAISAN em grande parte dos municípios revela a dependência do financiamento federal ou estadual, que frequentemente é instável ou insuficiente. Essa precariedade financeira limita a continuidade das ações e a implementação de planos municipais de SAN (PLAMSAN), resultando em baixa adesão à realização de conferências municipais e na falta de leis locais específicas, conforme apontado nos dados analisados neste estudo (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022).

No âmbito das políticas públicas, avanços recentes, como a reestruturação do PLANSAN e o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), têm buscado ampliar a cobertura e a qualidade das ações de SAN (Brasil, 2023). No entanto, a eficácia dessas políticas depende da capacidade dos municípios

de articular e operacionalizar as ações previstas, o que reforça a necessidade de investir no fortalecimento institucional local.

O porte populacional de um município pode influenciar a sua gestão. Embora não tenha sido destacado diretamente nos resultados, os dados deste estudo indicaram que municípios com um maior porte tendem a apresentar uma proporção maior de gestões consolidadas do SISAN. Isso sugere que o tamanho populacional impacta a capacidade administrativa e institucional, refletindo-se em maior disponibilidade de recursos humanos qualificados, estrutura organizacional mais sólida e melhor articulação entre setores. Por outro lado, municípios pequenos, que são a maioria no Brasil, enfrentam limitações estruturais que dificultam a implementação eficaz das instâncias e ações previstas no SISAN. Dessa forma, o porte populacional se mostra uma variável importante para entender as diferenças na consolidação da gestão municipal (Dias; Amaral; Luz, 2024).

Portanto, para garantir a efetividade do SISAN, é fundamental promover não apenas a criação formal de órgãos e conselhos, mas também assegurar financiamento estável, capacitação técnica, e a participação ativa da sociedade civil. A redução das desigualdades regionais passa pelo reconhecimento das particularidades locais e pela adoção de estratégias específicas que considerem os diferentes contextos sociais, econômicos e políticos de cada região.

Apesar da LOSAN estabelecer um marco legal claro e estruturado para a SAN, a sua efetiva operacionalização nos municípios ainda enfrenta barreiras. A desconexão entre o que está previsto na legislação e o que ocorre na prática sugere que fatores além do arcabouço normativo, como capacidade técnica, recursos financeiros e dinamismo político local, influenciem o sucesso da implementação. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas criem diretrizes, mas que também promovam a capacitação institucional contínua e um monitoramento efetivo, de modo a traduzir os princípios da LOSAN em ações concretas e adaptadas às realidades locais.

Apesar das limitações, como ser um estudo transversal que mostra apenas um momento no tempo e usar dados de 2018, que podem não refletir mudanças recentes, este trabalho também ajuda a pensar sobre os desafios e avanços da segurança alimentar nos municípios com foco nas regiões brasileiras. A continuidade do Mapa SAN mostra que há um esforço para acompanhar essa política, mas ainda faltam dados mais atuais, o que é importante para entender melhor como a situação está hoje e para melhorar as políticas públicas. Por isso, o estudo é útil para ajudar a planejar ações que fortaleçam a segurança alimentar no Brasil. E ainda, o estudo indica que a LOSAN funciona como uma base essencial, mas sozinha ela não tem conseguido garantir que a política seja bem consolidada em todo o país.

CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que a maioria dos municípios nas regiões brasileiros em 2018 apresentava gestão do SISAN não consolidada, indicando fragilidades na institucionalização das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em nível municipal. A consolidação da gestão variou entre regiões, com o Nordeste e o Sul apresentando maior proporção de gestão consolidada. A presença de instâncias como COMSEAS e CAISAN, embora fundamental, não garante efetividade, especialmente diante da insuficiência de recursos financeiros e articulação intersetorial limitada. A governança eficiente, o planejamento estratégico, a gestão de recursos humanos e financeiros, assim como mecanismos de monitoramento, são essenciais para fortalecer as políticas públicas locais. O porte populacional influencia a capacidade de gestão, beneficiando municípios maiores. Para aprimorar a efetividade do SISAN, recomenda-se fortalecer a gestão integrada, garantir financiamento estável e promover a participação social ativa, respeitando as especificidades regionais e socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, I.N. de O. Planejamento, Autoavaliação e Apoio Institucional na atenção primária à saúde no Brasil: um estudo com dados do 3º ciclo do programa de melhoria de acesso e qualidade. 2020. 74 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Natal, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/56e8ddb1-5907-4c5f-afad-dd53f305e5c8. Acesso em: 19 março 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346/2006, que cria o SISAN. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em:19 março 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em:19 março 2025.

BRASIL. Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios – Resultados Preliminares. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/348.pdf. Acesso em: 20 março 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania . Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de inclusão Social e Produtiva Rural. Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN). 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/Caisan/MapaSan/MAPASAN%202018.pdf. Acesso: 10 março 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. PLANSAN 2025–2027: Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: MDS, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iii-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-aprovado/III_Plansan.pdf. Acesso em: 29 março 2025.

CARVALHO, F.C.D.; VASCONCELOS, T.B. de; ARRUDA, G.M.M.S.; MACENA, R.H.M. Modificações nos indicadores sociais da região nordeste após a implementação da atenção primária. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.1-21, 2019. http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00189

.

CASTRO, I.R.R. de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-14, 2019. doi: 10.1590/0102-311X00009919

CRUZ, M. do C.M.T.; MERCHAN , C.R.; Farah ,M.F.S. Conselhos De políticas Públicas E Intersetorialidade: O Caso Brasil Carinhoso. Cadernos Gestão Pública E Cidadania, São Paulo, v. 26, n.83, 2021. https://doi.org/10.12660/cgpc.v26n83.81032

DIAS, J.M.N.; AMARAL, P.V. ; LUZ, L. Características socioeconômicas e tipologia dos municípios de pequeno porte no Brasil. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, jun. 2024. http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/8161

GUEDES; A. de A.F.; MACHADO, M.L.; MARTINS, M.C.; SILVA, B.L.; MACHADO, P.M. de O.; GABRIEL, C.G.. What is the food and nutrition security situation of Santa Catarina municipalities? Results of a multidimensional assessment. Revista de Nutrição, v. 33, p. e190267, 2023. Revista de NutriçãoRev. Nutr. 2020;33:e190267FOOD AND NUTRITION SECURITY 1 https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e190267

GUEDES, A. de A. F.; GABRIEL, C.G.; MOTTA, R.R.; MACHADO, M.L.; RIBEIRO, L.C. Indicadores de segurança alimentar e nutricional no estado mais populoso do Brasil: potencialidades e fragilidades na gestão municipal. DEMETRA, Rio de Janeiro, v. 19, p. e74338, 2024. DOI: 10.12957/demetra.2024.74338

MACHADO, M.L.; GABRIEL, C.G.; SOAR, C.; MAMED, G.R.; MACHADO, P.M. de O.; LACERDA, J.T. de; MARTINS, M.C.; MARCON, M.C.. Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, p.e00206716, 2018. doi: 10.1590/0102-311X00206716

MADEIRA, G. dos S.; GUIMARÃES, T.; MENDES, L. de S. Construindo governança eletrônica De Cidades: Um Modelo De implementação De soluções Para inovação E otimização Da gestão Pública. Revista De Gestão Dos Países De Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p.55-71, 2017.Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5680/568060377005/html/. Acesso em: 29 março 2025.

MORAES, V.D.; MACHADO, C.V.; MAGALHÃES, R. Governança e coordenação intersetorial de políticas públicas: a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Saúde em Debate, v. 45, p. 575-589, 2021. DOI: 10.1590/0103-1104202113002

NOGUEIRA, M.B.H.; PEREIRA, S.C.L.; CARRARA, V.A. Política de Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares. Revista Katálysis, v. 25, n. 3, p. 507-516, 2022. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86278

SALLUM, O.M.P.; BERNARDES, M.S. RIBEIRO, G.M. de P.; TOLONI, M.H. de A. Atuação dos conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional no enfrentamento da pandemia da COVID-19. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. e024001, 2024. http

RECEBIDO:25.8.2025
ACEITO:21.10.2025
PUBLICADO: 22.10.2025